Folha de S. Paulo – 03/05/2010

Setor elétrico quer reforma tributária

Coluna Mercado Aberto

Maria Cristina Frias

B2 dinheiro SEGUNDA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2010

FOLHA DE S.PAULO

Mercado Aberto

MARIA CRISTINA FRIAS cristina.frias@uol.com.br

Setor elétrico quer reforma tributária

O Instituto Acende Brasil (que reúne investidores em energia) vai propor reforma tributária do setor elétrico aos candidatos à Presidência da República. A ideia é mudar a forma de cobrança do ICMS, do PIS e da Cofins na conta de luz.

No caso do tributo estadual ICMS, que pode variar entre 25% e 35%, a depender do Estado —sem considerar o chamado "cálculo por dentro", que eleva a tributação para níveis entre 33,3% a 53,8% da conta—, a proposta é reduzir de maneira gradual o peso do imposto até 2010 e atingir o nível de 12%.

A ideia é evitar, por exemplo, a cobrança de ICMS sobre contas não pagas. Prefeituras não pagam contas de luz, mas contribuem no consumo para elevar sua participação na fatia distribuída do ICMS. Outra proposta é excluir valores dos encargos do sistema no cálculo do ICMS, como ocorre hoje.

No PIS e na Cofins, o setor quer voltar ao regime cumulativo, forma anterior à mudança de 2004. A alteração resultou em elevação da alíquota sobre o setor, que era de 3,65%. Hoje, supera 8%. O setor elétrico também pede exclusão dos encargos embutidos na conta do cálculo do PIS e da Cofins.

Para Claudio Salles, presidente do instituto, os gestores dos encargos cobrados na conta de luz devem dar mais transparência à aplicação dos recursos. O setor considera obscuro o destino de boa parte do valor arrecadado dos consumidores.

A organização cita, por exemplo, o encargo que financia a compra de combustíveis para a geração térmica em sistemas isolados, as dúvidas sobre a prerrogativa do Operador Nacional do Sistema Elétrico em gerar com térmicas a gás natural ou mesmo o destino dado pela Eletrobras para o fundo Reserva Global de Reversão, o encargo mais antigo do setor elétrico que hoje financia projetos como o Luz Para Todos.

O Instituto Acende Brasil (que reúne investidores em energia) vai propor reforma tributária do setor elétrico aos candidatos à Presidência da República. A ideia é mudar a forma de cobrança do ICMS, do PIS e da Cofins na conta de luz. No caso do tributo estadual ICMS, que pode variar entre 25% e 35%, a depender do Estado -sem considerar o chamado "cálculo por dentro", que eleva a tributação para níveis entre 33,3% a 53,8% da conta-, a proposta é reduzir de maneira gradual o peso do imposto até 2010 e atingir o nível de 12%.

A ideia é evitar, por exemplo, a cobrança de ICMS sobre contas não pagas. Prefeituras não pagam contas de luz, mas contribuem no consumo para elevar sua participação na fatia distribuída do ICMS. Outra proposta é excluir valores dos encargos do sistema no cálculo do ICMS, como ocorre hoje.

No PIS e na Cofins, o setor quer voltar ao regime cumulativo, forma anterior à mudança de 2004. A alteração resultou em elevação da alíquota sobre o setor, que era de 3,65%. Hoje, supera 8%. O setor elétrico também pede exclusão dos encargos embutidos na conta do cálculo do PIS e da Cofins.

Para Claudio Sales, presidente do Instituto, os gestores dos encargos cobrados na conta de luz devem dar mais transparência à aplicação dos recursos. O setor considera obscuro o destino de boa parte do valor arrecadado dos consumidores.

A organização cita, por exemplo, o encargo que financia a compra de combustíveis para a geração térmica em sistemas isolados, as dúvidas sobre a prerrogativa do Operador Nacional do Sistema Elétrico em gerar com térmicas a gás natural ou mesmo o destino dado pela Eletrobras para o fundo Reserva Global de Reversão, o encargo mais antigo do setor elétrico que hoje financia projetos como o Luz Para Todos.